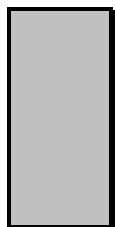


Fontes e  
Arquivos



## A PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS NO MUNICÍPIO DE PALMITAL (SP)

Rodrigo Modesto Nascimento \*

O objetivo do artigo é divulgar os resultados da pesquisa que procurou analisar as formas de relação que as cidades paulistas, criadas em períodos recentes, estabeleceram com a sua história.<sup>1</sup> A questão foi abordada partindo-se da necessidade de apontar a relação existente entre visões de história e formas de preservação dos documentos de arquivo das municipalidades. Os produtos finais do trabalho resultaram na elaboração de um guia de fontes<sup>2</sup> para a história de Palmital e de um texto que apresenta informações e considerações sobre a situação dos arquivos na cidade de Palmital.

A maioria dos municípios criados nas primeiras décadas do século XX apresenta dificuldades no entendimento e na formulação de ações públicas e

---

\* Mestre em História pela UNESP-Assis.

<sup>1</sup> O artigo apresenta as considerações finais sobre minha pesquisa intitulada “Poder público municipal e patrimônio histórico: Fontes para a história de Palmital SP 1914 – 2001”, concluída em 2002.

<sup>2</sup> Na elaboração do guia de fontes utilizamos os seguintes campos de coleta de dados: nome, endereço, datas-limite, quantificação, organização/ordenação, estado de conservação, instrumentos de pesquisa disponíveis, possibilidades de reprodução, formas de acesso e descrição sumária do conteúdo. Esses campos de coleta de informações foram baseados nos diversos modelos de guias apresentados por H.L. Bellotto (1991).

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas - SP	Nº 11	255-260	2005
-----------------	---------------	-------	---------	------

de iniciativas voltadas para as questões da história e da memória. No estudo do tema, as primeiras observações indicam que a história é vista como o passado remoto e os bens culturais como registros desse passado distante.

Há levantamentos quantitativos disponíveis que nos revelam o descompasso entre as iniciativas de proteção ao patrimônio histórico, levadas a efeito pelos poderes públicos nos âmbitos estadual e federal, e as iniciativas municipais.

Um levantamento feito pelo Arquivo Nacional, divulgado por Jaime Antunes da Silva em conferência proferida no XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 18 de outubro de 2000, na cidade de Salvador, informa que apenas 5% dos municípios brasileiros dispõem de arquivos públicos que recolham, organizem e disponibilizem ao acesso público os documentos produzidos pelos poderes municipais.

Foi nesse sentido que se definiu o objeto da pesquisa: o patrimônio histórico documental municipal, de natureza arquivística, que não inclui somente a documentação em suporte de papel ou em linguagem escrita, ainda predominante nos arquivos pessoais e institucionais. Inclui outros suportes, como fotografias, fitas de vídeo, cartazes, mapas e outros, produzidos e acumulados por instituições e/ou pessoas físicas, no exercício de suas atividades.

A ênfase para os documentos de arquivos fundamenta-se na necessidade de reconhecer a documentação que sempre tem ocupado o menor espaço de atenção nas políticas voltadas para a proteção do patrimônio histórico, visto geralmente da perspectiva arquitetônica e artística.<sup>3</sup>

### **Sobre as ações locais de preservação**

Independentemente da existência de políticas de proteção, restaram documentos de arquivo na cidade de Palmital. Como explicar e

---

<sup>3</sup> O trabalho de C.R. Camargo (1999) tem este tema como centro de estudo, especialmente no Capítulo 2.

trabalhar essa questão? Dois fatores, inicialmente, podem explicar a situação apontada.

O primeiro fator é a relação entre os arquivos e os órgãos públicos,<sup>4</sup> onde ainda são mantidos fragmentos de conjuntos documentais de valor permanente ou histórico.

O que se observa na cidade é que esses documentos são, em sua maioria, mantidos para fins probatórios. São os conjuntos ou as séries documentais claramente protegidos pela legislação que determinam sua guarda. Infelizmente, essas razões são as que parecem as mais fortes no sentido de ter impedido sua destruição pura e simples, formando pequenos depósitos desorganizados e de difícil acesso à consulta pública.

Depois do período legal de guarda, em geral entre cinco e dez anos, o acervo geralmente é destruído pelo próprio órgão que o produziu, sem que haja a preocupação com o seu valor informativo ou com a possibilidade que possuem certos conjuntos documentais de informar sobre a trajetória percorrida pela instituição ao longo de sua existência.

Fato esse que fica agravado, na cidade de Palmital, pela inexistência de um arquivo municipal institucionalizado para onde possam ser encaminhados os documentos públicos, em qualquer tipo suporte. Os documentos ainda se encontram nas próprias instituições que os produziram, não se levando em conta procedimentos de trabalho como a teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente ou histórica), o que provoca uma piora no quadro acima exposto.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> Os órgãos e as instituições públicas pesquisadas foram, a saber: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Fórum da Comarca de Palmital, Departamento de Educação, Departamento de Turismo, Cultura e Desporto, Departamento de Promoção Social, Centro Cultural, E.E.Cel J.J. Bittencourt, 175º Ciretran e Cedap/ Unesp (Assis).

<sup>5</sup> A única instituição pública onde há uma mínima consciência de preservação é o Centro Cultural de Palmital. Lá são conservadas importantes coleções de jornais locais e de fotografias, disponibilizadas à consulta pública.

O segundo fator a ser mencionado é a questão dos acervos privados.<sup>6</sup> Constatou-se que os arquivos particulares são preservados em razão de uma tradição familiar, variando muito seu estado de conservação. Como exemplo, está o acervo fotográfico da empresa Jason Fotografias, o maior arquivo particular encontrado em Palmital, que começou a ser produzido na década de 1930, funcionando até os dias atuais.

Nesse sentido, é o único exemplo de preservação de um conjunto completo de documentos, capaz de recuperar sucessivos momentos da história da cidade.

A imprensa local preserva seu acervo com finalidades pragmáticas: as demandas de seu próprio trabalho interno. Por isso seus arquivos são muito pequenos e fragmentados, restringindo-se às próprias coleções de jornais que já publicaram e à preservação de fragmentos de documentos utilizados para sua produção e publicação. Já não se pode recuperar as diversas séries documentais que poderiam informar sobre sua trajetória institucional, como a correspondência, as cartas de leitores, as pautas, os relatórios etc.

A Igreja Católica também tem interesse na guarda de seus arquivos para o próprio desenvolvimento do serviço interno e também com a preocupação de atender as demandas do público católico, sem excluir a guarda dos documentos protegidos pela legislação, como os registros de nascimento.

No acervo da Santa Casa de Misericórdia, os documentos mais antigos preservados são aqueles previstos pela legislação, que impede seu descarte. Os arquivos notariais são protegidos em sua maioria pela legislação vigente e, seguidas vezes, têm sido fiscalizados pelo Poder Judiciário, as correições, para uma maior transparência administrativa.

---

<sup>6</sup> As entidades de natureza privada pesquisadas foram: Igreja Católica, Jason Fotografias, Santa Casa da Misericórdia, Jornal da Comarca, Folha de Palmital, Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais e 2º Cartório de Notas.

Conclui-se que a maioria dos documentos restantes na cidade de Palmital só foi preservada por força da legislação ou, então, por interesses particulares de natureza diversa, pragmáticos e imediatistas. Nesse caso, foram guardados na própria instituição que o produziu.

### **A situação dos arquivos na cidade de Palmital**

Para demonstrar a situação encontrada nos arquivos municipais, apresentam-se aqui alguns conjuntos de informações extraídos do *Guia de Fontes para a História de Palmital* com a finalidade de fornecer dados quantitativos sobre os arquivos da cidade. Os dados considerados mais importantes para o propósito de divulgar a pesquisa foram o estado de conservação/organização e os instrumentos de pesquisa disponíveis. Foram classificadas as instituições públicas e privadas, com base em uma análise comparativa relativa ao quesito acesso às informações.

Os arquivos dos órgãos públicos da cidade de Palmital estão, em sua maioria, “organizados” sob o critério da ordenação cronológica/numérica. Na verdade, estão ordenados, mas não estão classificados. Não há critérios que revelem um entendimento da lógica de sua produção e acumulação. É evidente que isso impede o acesso rápido a documentos e ao seu conteúdo informativo e que sejam valorizados pelas informações que contêm. Seu conteúdo não é descrito ou, quando há uma tentativa, constituem precários instrumentos de pesquisa, como fichários ou listas.

No caso das bases informatizadas, as informações que as alimentam são relativas a períodos muito recentes e não contemplam o arquivo de forma integral, desde a criação do órgão ou da entidade.

Já nas instituições privadas, a situação é ainda mais difícil, pois a maioria também está organizada sob o critério cronológico/numérico, mas a falta de instrumentos de pesquisa disponíveis piora o quadro de acesso às informações.

Na questão da conservação, nos órgãos públicos e privados os documentos mais antigos estão em constante deterioração, sem acondicionamento e armazenamento minimamente adequados. Raramente são consultados pela comunidade local ou mesmo por usuários externos.

Com isso, verifica-se a urgência da implantação de um arquivo público municipal, a fim de que a comunidade e o poder público disponham de um mecanismo institucional que possa assegurar a preservação e o acesso aos registros documentais produzidos no município, a transparência administrativa, a formulação de uma política municipal de arquivos, o acesso à informação e o direito à memória.

### Referências Bibliográficas

BELLOTTO, H.L. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

CAMARGO, C.R. “À margem do patrimônio cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil 1838 – 1980”. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Assis, 1999.

CEDIC *Curso de introdução à política e ao tratamento de arquivos*. Apostila 1. São Paulo: PUC, 2003.

MACHADO, H.C. e CAMARGO, A.M. *Como implantar arquivos públicos municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

OLIVEIRA, D.A. *Como organizar arquivos públicos municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.